

# Agroindústria na Bahia: Diagnóstico e Perspectivas da Cadeia Produtiva

Luis Fernando Guerreiro  
João Paulo Rodrigues Matta  
Walter Macêdo

## Sumário

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>2</b>
<b>2</b>	<b>ASPECTOS GERAIS</b> .....	<b>3</b>
<b>3</b>	<b>MODELOS DE “QUASE-INTEGRAÇÃO”</b> .....	<b>4</b>
3.1	PROJETO BURITI.....	4
3.1.1	<i>Vantagens dos Produtores/Integrados</i> .....	5
3.1.2	<i>Responsabilidades</i> .....	5
3.2	PROPOSTA BNDES PARA ASSENTADOS.....	6
3.3	PROJETO AVIPAL.....	6
3.3.1	<i>Fatores Locacionais</i> .....	7
3.3.2	<i>Vantagens</i> .....	7
<b>4</b>	<b>OBJETIVOS</b> .....	<b>8</b>
4.1	GERAL.....	8
4.2	ESPECÍFICOS.....	8
<b>5</b>	<b>SELEÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS</b> .....	<b>9</b>
<b>6</b>	<b>PRINCIPAIS CADEIAS PRODUTIVAS BAIANAS</b> .....	<b>10</b>
6.1	FRUTICULTURA.....	10
6.1.1	<i>Culturas</i> .....	10
6.1.2	<i>Beneficiamento</i> .....	10
6.2	SUCO DE LARANJA.....	12
6.3	PRODUÇÃO DE GRÃOS.....	13
6.3.1	<i>Soja</i> .....	13
6.3.2	<i>Oleaginosas</i> .....	14
6.3.3	<i>Castanha de Caju</i> .....	15
6.3.4	<i>Cravo da Índia</i> .....	15
6.3.5	<i>Oleoquímica</i> .....	16
6.3.6	<i>Couros e Carnes</i> .....	17
6.3.7	<i>Leite e Derivados</i> .....	22
<b>7</b>	<b>CONCLUSÕES DE RECOMENDAÇÕES</b> .....	<b>24</b>
<b>8</b>	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>27</b>
8.1	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	27
8.2	SITES CONSULTADOS.....	28
8.3	ENTREVISTAS REALIZADAS.....	28
<b>9</b>	<b>ANEXOS</b> .....	<b>29</b>
9.1	FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS.....	29
9.2	PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO À ATIVIDADE RURAL.....	31

## 1 Introdução

---

A economia baiana vem passando por transformações significativas em seu perfil produtivo, experimentando um processo de desconcentração através da interiorização de um conjunto de investimentos agroindustriais, a exemplo do beneficiamento de grãos na Região Oeste e a fruticultura irrigada no Vale do São Francisco. Esse processo de desconcentração da base produtiva local tem se constituído em importante vetor de geração de renda e emprego, a despeito do segmento ainda demandar ligações técnico-produtivas que permitam uma maior densificação da estrutura agroindustrial como um todo.

Nesse sentido, o presente trabalho objetiva analisar as principais cadeias agroindustriais do Estado, procurando identificar os fatores e/ou obstáculos que dificultam o fortalecimento dos seus elos produtivos. Objetiva também formular proposições e estabelecer linhas de ação que possam subsidiar a Gerência de Relações com o Mercado da Desenbahia na definição de linhas de crédito voltadas para o aproveitamento das oportunidades da agroindústria no estado da Bahia.

O foco principal do trabalho diz respeito à necessidade de implantação de mecanismos de quase-integração entre indústria/agricultura nos segmentos e áreas de maior potencial competitivo, visando à formatação de um programa específico de financiamento de capital de giro para os produtores rurais reduzirem os custos do fornecimento de matérias-primas às indústrias. As operações deverão ter o aval ou garantias das próprias indústrias de beneficiamento, lastreadas em recebíveis que os produtores rurais têm direito em função da venda dos seus produtos a prazo ou em consignação. As linhas de crédito para a implantação do programa poderão contar com recursos próprios da Desenbahia ou do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado da Bahia – Fundese.

É importante salientar o caráter complementar de um programa dessa natureza, que deve privilegiar a concessão de crédito às atividades não beneficiadas com as linhas de financiamento existentes – BNDES, BB Convir, FNE do Banco do Nordeste, entre outras –, atuando prioritariamente no sentido de preencher as lacunas do agronegócio no Estado e, conseqüentemente, de completar a integração entre produção rural e indústria de beneficiamento.

Para tanto, torna-se necessário um mapeamento das condições da moderna agricultura irrigada no estado da Bahia, verificando se atividades de aquisição de tecnologia, melhoria genética, manejos culturais, entre outras, são cobertas pelas linhas de financiamento do mercado; identificação de cadeias produtivas, enquadráveis nos mecanismos da quase-integração e; utilização de um modelo de quase-integração adequado à realidade sócio-econômica local.

## 2 Aspectos Gerais

---

A agroindústria é uma atividade econômica que se fundamenta na industrialização de produção agrícola própria e/ou adquirida de terceiros, com a característica dominante de agregar, em um mesmo empreendimento econômico, a exploração agrária e industrial. Como exemplos podem ser mencionadas as complementaridades entre produção canavieira e fabricação do açúcar e exploração pecuária e atividade frigorífica.

Considerado um dos segmentos mais promissores da economia brasileira, a agroindústria é de fundamental importância tanto no abastecimento interno como no desempenho do setor exportador. Em recente avaliação, realizada pelo Ministério das Relações Exteriores/Itamaraty e pela Embrapa<sup>1</sup>, estima-se que a sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) seja da ordem 12%, o que a coloca em posição de destaque no cenário econômico nacional. O abate e preparação de carnes, fabricação e refino de açúcar, laticínios, panificação e fabricação de massas, óleos vegetais e indústria de sucos foram os segmentos da agroindústria que mais se desenvolveram no Brasil nos últimos vinte anos.

A agroindústria articula-se para frente com a os segmentos de comercialização e distribuição e, para trás, com a indústria de insumos – pesticidas, fertilizantes, rações, insumos veterinários – e de equipamentos para a agricultura. Numa perspectiva ampla, inclui desde setores de processamento básico (adicionando valor na secagem, no beneficiamento e na embalagem) até segmentos que envolvem o processamento de matéria-prima agrícola, mas que são comumente identificados como tipicamente industriais (têxtil, calçados e papel e celulose). Inclui ainda a produção de energia a partir da biomassa, área em que o Brasil é líder mundial. Estima-se que na conceituação ampliada, a agroindústria represente mais de 30% da economia brasileira e compreenda a maior parte dos setores econômicos em que o Brasil detém competitividade internacional.

Na Bahia, segundo a opinião dos produtores locais, os problemas que envolvem o segmento agroindustrial repercutem tanto à jusante como a montante da cadeia produtiva dos principais produtos agrícolas do Estado. Na verdade, a agroindústria não está organizada na maioria dos municípios agrícolas, principalmente naqueles voltados para a fruticultura, apresentando como principais entraves a dificuldade de acesso ao crédito, falta de tecnologia necessária para produzir produtos competitivos, inexistência de controle de qualidade de produtos finais, meios inadequados de armazenamento e transporte, escassez de pessoal qualificado em gestão empresarial, entre outros fatores.

---

<sup>1</sup> Fonte : <http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/index.htm>

### 3 Modelos de “Quase-Integração”

---

Como ilustração são apresentadas nesta seção as experiências brasileiras de implantação de projetos de quase-integração entre indústria e produtores rurais independentes no segmento da avicultura e suinocultura. Como exemplo, selecionaram-se os Projeto Buriti, da Perdigão, referente à implantação de um sistema completo de integração avícola e suinícola na região de Rio Verde, no sudoeste de Goiás, e o da Avipal Nordeste S.A., também baseado na parceria entre integrados e a sua unidade de produção de frango de corte, localizado em São Gonçalo, na Bahia.

A partir do estudo de caso do Projeto Buriti, o BNDES elaborou um estudo<sup>2</sup> com o objetivo de investigar a utilização do sistema de integração entre assentados da reforma agrária e grandes agroindústrias, como forma de viabilizar o escoamento da pequena produção desses assentados. As principais conclusões apresentadas foram e as restrições creditícias e a baixa qualificação gerencial dos assentados como obstáculos à utilização maciça desse sistema no programa de reforma agrária.

#### 3.1 *Projeto Buriti*

---

O Projeto Buriti representa um avanço no modelo tradicional de integração existente no sul do País, cuja dinâmica baseava-se no binômio pequena propriedade diversificada e mão-de-obra familiar. O esgotamento desse modelo começa a evidenciar-se a partir dos obstáculos impostos pelos fatores logísticos e tecnológicos. Os custos logísticos e de gerenciamento pela Perdigão de um grande número de integrados cresciam exponencialmente e começavam a afetar as margens do agronegócio. Além disso, o reduzido tamanho médio das granjas impedia a adoção de tecnologias mais modernas e produtivas, bem como as diferenças tecnológicas e de escala entre as próprias exigiam contratos igualmente diferenciados e, conseqüentemente, custos administrativos e gerenciais mais elevados.

Com o objetivo de superar essas restrições e proteger as suas margens de lucro, a Perdigão amplia a capacidade média dos seus galpões modulares, na unidade de Rio Verde, que passam a alojar entre 22 mil e 25 mil aves (em Santa Catarina, as granjas abrigam entre 6 mil e 15 mil frangos). É oportuno esclarecer que esta experiência refere-se a um projeto cujos investimentos de implantação giravam em torno de US\$ 300 milhões e estava sob a liderança de uma das maiores empresas do segmento de aves e suínos no Brasil.

No sistema de integração, o investimento nas granjas é de responsabilidade do chamado “integrado”, fato que impõe um dos maiores obstáculos à viabilização da parceria, que é

---

<sup>2</sup> Faveret Filho e Lima (1998). O estudo integrou o trabalho feito em abril de 1997 para o Programa de Reforma Agrária, sob o título “Grupo de Trabalho, Mercado, Agroindústria e Infra-estrutura” conduzido pela pesquisadora do IPEA Maria Beatriz de Albuquerque David.

o acesso ao crédito pelo pequeno produtor. Em geral, a empresa integradora costuma resolver essa questão negociando com os agentes financeiros as condições mais favoráveis para os integrados ou pequenos produtores, através da prestação de aval ou de outros meios. No caso do Projeto Buriti, a principal solução adotada foi a criação de um fundo de amortização pelo Banco do Brasil, constituído pela retenção de uma parcela dos pagamentos aos integrados. Com isso, a Perdigão desobrigava-se de prestar aval para os integrados, mas garantia uma certa “segurança” para o Banco. Outro recurso de grande alcance foi a redução (rebate) de 45% na TJLP e a utilização de um esquema de amortização de 12 anos, o que reduziu sensivelmente o custo do financiamento do projeto.

A seguir, alinham-se as vantagens e responsabilidades do sistema de integração do Projeto Buriti:

### ***3.1.1 Vantagens dos Produtores/Integrados***

- Terceirização de parte do processo produtivo em que o integrado não é produtor, mas um prestação de serviços (os animais são propriedade da empresa e o integrado é responsável pelo seu trato);
- Parceria regida por contrato que especifica normas técnicas e jurídicas;
- Criação de uma fonte de renda estável para o produtor; e
- Viabilização de um fluxo contínuo e padronizado de matéria-prima para a indústria.

### ***3.1.2 Responsabilidades***

a) Empresa:

- Fornecer pintos de um dia, rações e medicamentos;
- Prestar assistência técnica;
- Transportar aves e rações; e
- Remunerar o integrado conforme o resultado técnico.

b) Produtor/Integrado:

- Arcar com investimentos em instalações e equipamentos;
- Fornecer mão-de-obra para cuidados dos aviários e para carga e descarga das aves;
- Fornecer água, gás e energia elétrica;
- Seguir orientações técnicas e sistemas de controle indicados pela empresa;
- Permitir livre acesso dos técnicos aos aviários; e
- Aderir a um sistema de retenção de fundo de equalização das prestações.

### 3.2 *Proposta BNDES para Assentados*

---

A partir da experiência do Projeto Buriti, o BNDES desenvolveu as seguintes linhas de ação para estimular a inserção de “assentados” nos sistemas de integração, conforme se relaciona a seguir:

- Articulação com as indústrias processadoras de frango (grandes e médias) para desenvolver programa de integração com assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), o que frequentemente exigirá a mobilização de instrumentos como incentivos fiscais para atrair os investimentos;
- Disponibilidade de linhas de crédito de longo prazo que viabilizem o financiamento dos investimentos a cargo do produtor em proporção superior à usualmente recomendada (podendo chegar a 100% do investimento) e custos compatíveis com o retorno da atividade (exemplo: rebate do Fundo Constitucional do Centro Oeste);
- Constituição de fundo de aval ou assemelhado que minimize a exigência de garantias reais por parte dos agentes financeiros;
- Localização dos assentamentos em áreas com infra-estrutura básica de boa qualidade (estradas, energia elétrica e água);
- Localização de assentamentos em áreas com boa produção e produtividade de grãos, especialmente milho e soja; e
- Atenção para o correto dimensionamento de módulos rurais, pois as culturas de grãos apresentam evidentes ganhos de escala (nos Cerrados, unidades de área inferior a 500 hectares não são propícias à produção de grãos em escala comercial).

O BNDES avalia que esse modelo básico de integração pode ser usado para outros tipos de agroindústrias, desde que sejam levados em consideração os seguintes fatores: constituição de um vínculo forte e formal entre indústria e produção; área de integração com vocação para a produção dos principais insumos primários; definição precisa das fontes de financiamento para os investimentos necessários; definição de arcabouço de garantias para as fontes financiadoras; e assistência técnica de responsabilidade da empresa integradora.

### 3.3 *Projeto Avipal*<sup>3</sup>

---

O Projeto da Avipal obedece a mesma lógica utilizada no sistema de integração da avicultura brasileira, que consiste na formação de parceria entre as unidades agroindustriais e os produtores rurais independentes, o que contribui para estimular a competitividade da indústria regional e elevar a renda familiar dos pequenos agricultores ou integrados. Nesse sistema, a Avipal fornece aos integrados pintos de um dia, ração alimentar, assistência técnica e veterinária e o transporte das aves. O integrado fica

---

<sup>3</sup> Informações extraídas do projeto de implantação da Avipal Nordeste S/A., analisado e aprovado pelo Bndes/Desenbanco, conforme consta pasta documentação 98/23.

responsável pela construção dos aviários, com projeto e orientação da Avipal, e pelas despesas de energia elétrica, gás, marvalha e mão-de-obra para atendimento e/ou manejo das aves. Após 45 dias, a Avipal recebe dos integrados o frango para corte, e remunerando-os conforme a sua produtividade ou resultado técnico.

As inversões projetadas na primeira fase do projeto, que previam a construção de 177 galpões de integrados, com capacidade de alojar 15.000 aves, foram da ordem de R\$ 67 milhões, e os requisitos básicos obedeceram aos seguintes aspectos:

### **3.3.1 Fatores Locacionais**

- Localização da propriedade rural à distância de 60/70 quilômetros da indústria;
- Visão empresarial do produtor rural;
- Produtor rural participando do investimento da indústria;
- Disponibilidade de matéria-prima na região;
- Mão-de-obra com razoável nível de qualificação;
- Proximidade mercados consumidores; e
- Existência de infra-estrutura básica de estradas, energia elétrica e água.

### **3.3.2 Vantagens**

- Fixação do pequeno produtor ao campo;
- Incentivo ao desenvolvimento das pequenas propriedades rurais;
- Criação de atividade formal empregadora de mão-de-obra rural (salários médios compatíveis com o grau de especialização do setor como um todo);
- Produtor rural tem acesso à tecnologia e crédito;
- Menores oscilações nos preços dos produtos finais e matérias-primas;
- Estabelecimento de relações contratuais formais;
- Melhoria da qualidade dos plantéis avícolas, através do cumprimento das normas estabelecidas pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA);
- Melhoria das condições sanitárias da avicultura como um todo, mediante o monitoramento permanente dos plantéis existentes no país; e
- Acompanhamento e certificação sanitária das aves reprodutoras – avozeiros e matrizeiros - na fiscalização dos incubatórios, abatedouros e frigoríficos e no corte de insumos e imunobiológicos, entre outras atividades.

## 4 Objetivos

---

### 4.1 Geral

---

Desenvolver o segmento agroindustrial no estado da Bahia, reforçando e otimizando a integração entre produtores rurais e unidades de segmentos agroindustriais.

### 4.2 Específicos

---

- Elaborar um estudo sobre a agroindústria no Estado da Bahia, identificando suas características básicas, os pontos de estrangulamento e potencial de crescimento, procurando adensar e tornar mais competitivas as cadeias de distribuição;
- Mapear o quadro de firmas que compõem o segmento no Estado, bem como dos principais produtos e insumos utilizados;
- Subsidiar a Gerência de Relações com o Mercado da Desenbahia na criação de um programa para o setor agroindustrial na Bahia, indicando cadeias de potencial ascendente e descendente e formas seletivas de apoio financeiro e creditício em nível produtivo, tecnológico ou gerencial.



## 5 Seleção das Cadeias Produtivas

---

Na seleção das cadeias a serem analisadas no presente estudo, foram consideradas as pertencentes aos setores mais dinâmicos da agricultura baiana (Bahia, 2001), tais como a fruticultura, produção de grãos, oleaginosas, carnes e couros e leite e derivados. A escolha deveu-se à de sua posição estratégica para o desenvolvimento do Estado, o elevado potencial de geração de emprego e renda e a capacidade de competir nos mercados nacional e internacional.

De outra parte, levou-se em consideração a necessidade de regularização do fornecimento, tanto quantitativo como qualitativo, de insumos rurais necessários à alimentação do processo de produção e beneficiamento industrial, mecanismos que agregam valor ao longo da cadeia produtiva e melhoram os níveis de competitividade da agroindústria. Mais uma vez faz-se necessário enfatizar a necessidade de um mapeamento das tendências da agroindústria local, de modo a identificar as principais cadeias de fornecimento, compreender a sua lógica de funcionamento e empreender alternativas para otimizá-las.

## **6 Principais Cadeias Produtivas Baianas**

---

### **6.1 Fruticultura**

---

#### **6.1.1 Culturas**

Em 2000, a área plantada com fruticultura irrigada no estado da Bahia atingiu 82 mil ha, o equivalente a 33 % da área irrigada total, com destaque para a produção de uva, que já atinge uma produção anual da ordem de 55 mil toneladas, das quais grande parte é exportada para o exterior, notadamente a União Européia. A produção de mamão aproxima-se dos dois milhões de toneladas, quantidade quatro vezes superior à observada há 20 anos. Atualmente, a Bahia é o maior estado produtor de mamão no país. A produção de manga, por sua vez, evoluiu de 47 mil toneladas para 162 mil toneladas, no período 1990/2000, e deverá atingir 260 mil toneladas em 2003, quando os novos pomares alcançarem a fase de produção, o que colocará o Estado da Bahia na posição de maior produtor do país. Convém destacar ainda o grande potencial da fruticultura baiana, com as culturas do abacaxi, banana, coco-da-baía, melão e goiaba, na sua maioria produzida nas áreas irrigadas do Estado.

#### **6.1.2 Beneficiamento**

A região do São Francisco, apesar de constituir-se no principal pólo de produção de frutas do Nordeste, possui um processamento agroindustrial pouco significativo, não atingindo, segundo informações da empresa Valeexport, 2% da produção do Vale do São Francisco. De acordo com o estudo “Cadeias Agroindustriais na Bahia: Avaliação e Perspectivas” (FAGUNDES, 2002), no eixo Juazeiro/Petrolina encontram-se implantadas cinco pequenas empresas de processamento de polpa (manga e goiaba) e quatro de doces (banana, goiaba e manga), sendo que duas estão sediadas em Juazeiro e sete em Petrolina.

Mesmo considerando-se um ambiente de expansão da produção no Vale do São Francisco, com preços médios recebidos pelos produtores superando os custos de produção, as questões que se levantam são (i) por que a densificação da cadeia das frutas não se intensifica na área (ii) qual o tipo de apoio governamental necessário para estimular os empresários a investir no agronegócio de frutas na região.

Tendo em vista que a oferta de frutas da região atinge patamares de 800 mil toneladas anuais (FAGUNDES, 2002), deve-se buscar alternativas para implementar um processo de verticalização da produção local, agregando valor ao produto in natura. Nesse sentido, teoricamente as potencialidades de investimentos são bastante amplas, podendo envolver a fabricação de sucos, doces e polpas, néctares, purês, vinho e vinagre, entre outros produtos.

No caso do coco, além da água, pode-se aproveitar o resíduo, que corresponde a 75 % do fruto, na produção de carvão ativado ou incorporado ao solo como matéria orgânica. O

processamento agroindustrial do coco enfrenta sérios problemas. Sua industrialização exige um processo de pasteurização e uso de conservantes alterando o sabor natural e conseqüentemente restringindo sua aceitação pelo mercado consumidor.

Com relação à manga, os estudos indicam uma superoferta para os próximos anos, quando a área plantada atingirá o pleno potencial de produção. O excesso de oferta do produto *in natura*, que implica em impactos negativos sobre os preços, abre oportunidade ao desenvolvimento do processamento agroindustrial da fruta. Ressalve-se, no entanto, que existem alguns entraves para a sua industrialização. As variedades implantadas na região, trabalhadas geneticamente para suportar grandes distâncias na forma *in natura*, quando utilizadas no fabrico de polpa sofrem um processo químico de oxidação, que em geral dura de 48 a 72 horas, mudando a cor e o sabor, o que pode comprometer sua aceitação pelo mercado consumidor.

Acentue-se que na elaboração de uma política governamental de apoio a densificação das cadeias frutícolas no Estado da Bahia é necessário uma reflexão sobre possíveis questões que demonstrariam o porque do processo de verticalização caminhar lentamente na região do vale do São Francisco, conforme se observa nas considerações a seguir:

- Os grandes produtores e empreendedores regionais que poderiam liderar o processo de densificação das fruteiras preferem vender seus produtos *in natura*, especialmente para o mercado externo, tendo em vista que a remuneração média do produto é satisfatória;
- Os pequenos produtores tentam organizar-se em cooperativas para viabilizar o seu empreendimento, mas, em função da precariedade no gerenciamento, não conseguem capitalizar-se para investir no processamento; além disso, não contam com o suficiente apoio institucional capaz de viabilizar o seu acesso aos canais de financiamento;
- Uma parcela das frutas comercializadas *in natura* destina-se certamente a abastecer empresas processadoras de frutas para polpa, sucos e doces, localizadas em outros Estados do país;
- A frustrada experiência de agroindustrialização do tomate levou os produtores da região a temerem uma possível interação contratual com a agroindústria, desestimulando também os empreendedores locais a investirem no agro-negócio das frutas.

Superadas essas dificuldades, acredita-se que o processo de densificação na região do Vale do São Francisco deverá caminhar de forma progressiva, necessitando, entre outros aspectos: melhorar as condições fitossanitárias na produção de polpa de frutas; satisfazer a demanda por design e melhoria de qualidade da embalagem do produto; desenvolver sistemas de produção integrada de frutas, através de controle biológico; fomentar pesquisas tecnológicas na área de produção de vinhos finos na região do Vale do São

Francisco, principalmente através do desenvolvimento de clones tropicalizados e seleção de cultivares mais produtivos e; incentivar a implantação de indústria produtora de concentrados no Estado.

## **6.2 Suco de Laranja**

---

Nos últimos anos, o movimento de expansão da citricultura nacional tem favorecido a Bahia, pois a escassez de terras em São Paulo e Sergipe faz com que uma parcela da demanda por suco de laranja seja suprida pelo nosso Estado.

A Bahia e Sergipe são os dois únicos estados nordestinos onde ocorre a industrialização da laranja. Sergipe, o segundo estado citrícola do país, possui duas indústrias de processamento de suco e a Bahia, quarto maior produtor nacional, uma única indústria. A instalação de indústria processadora foi o fator que propiciou o desenvolvimento da citricultura baiana e sergipana, possibilitando a ampliação do mercado e estimulando a expansão da cultura.

A produção de laranja local é beneficiada pela existência de condições edafo-climáticas favoráveis e pela facilidade de escoamento da produção, devido à proximidade em relação aos mercados das principais capitais do Nordeste.

A vantagem da indústria nordestina está, sobretudo, nos custos da matéria-prima, em média 25% inferiores aos praticados em São Paulo, devido a fatores como o menor custo da terra e da mão de obra, a pouca necessidade de utilização de defensivos agrícolas e a maior adubação natural.

Em contrapartida, os métodos de cultivo são inadequados – tratos culturais precários, adubação deficiente, culturas intercalares não recomendadas – e a colheita é deficiente, sendo realizada pelos produtores e não pela indústria, com ocorre em São Paulo. Como resultado, verifica-se um baixo nível de produtividade da citricultura da Bahia e Sergipe, dificultando a competitividade das empresas da região, que são obrigadas a disputar o mercado com preços inferiores aos praticados no sul do país. Outro grave problema da citricultura regional é o fato da indústria não se constituir no principal mercado da produção de laranja, o que cria obstáculos à regularidade do fornecimento e dificulta o cumprimento dos contratos.

A principal restrição à modernização do complexo agroindustrial da laranja da Bahia e de Sergipe é a forte participação da indústria paulista nos mercados nacional e internacional, o que limita as possibilidades de expansão dessa atividade na região e determina, inclusive, o nível de organização do mercado de laranja para consumo industrial no Nordeste.

A despeito dessas considerações, produtores e especialistas consideram a agroindústria da laranja na Bahia e Sergipe como uma boa oportunidade de investimento. Entretanto, a escala de reprodução dos empreendimentos, a segmentação do mercado e os indicadores de rentabilidade deverão ser objeto de estudo de viabilidade definido em nível microeconômico.

### **6.3 Produção de Grãos**

---

a) Culturas: No ano de 2000 foram produzidas 3,7 milhões de toneladas de grãos no Estado da Bahia, com um crescimento de mais de 300% em relação a 1990, gerando receitas no valor de R\$ 1,18 bilhão. As principais lavouras cultivadas no estado foram a de soja, algodão, milho, mamona e arroz.

b) Beneficiamento: Os principais problemas para a expansão do beneficiamento de grãos no estado da Bahia são comuns à maioria das culturas existentes, e envolvem maior regularidade nas safras dos principais grãos, cuja oscilação tem prejudicado o planejamento das indústrias do setor, dificuldades de acesso ao crédito e financiamento à estocagem do produto nas grandes safras.

A seguir, apresentam-se, como ilustração, as informações básicas sobre o comportamento da indústria de beneficiamento de soja no estado da Bahia:

#### **6.3.1 Soja**

A capacidade instalada de processamento de soja na Bahia é da ordem de 720.000 toneladas por ano, concentrada na Bunge Alimentos S.A., com um esmagamento de 450.000 ton./ano, e na Cargill Agrícola S/A, que adquiriu as instalações da Olvebasa-Óleos Vegetais da Bahia S.A. e possui capacidade um potencial de processamento de 270.000 ton./ano<sup>4</sup>.

Tendo em vista que a soja é um produto que tem origem em uma atividade que mantém fortes relações intersetoriais, a sua dinâmica de produção é bastante influenciada pelos setores industriais. As indústrias processadoras exigem melhor qualidade e regularidade da oferta de matérias primas e, sendo setores oligopolizados e fortemente concentrados a jusante no complexo, tende a ser bastante acentuada a sua influência sobre a produção agrícola.

Entretanto, na sojicultura do Oeste baiano observa-se que os preços pagos pela agroindústria aos intermediários locais, muitas vezes abaixo dos praticados no mercado, exercem influência sobre os preços que esses intermediários pagam aos produtores rurais, gerando distorções ao longo de toda a cadeia produtiva, tornando-a pouco eficiente.

---

<sup>4</sup> Informações extraídas do trabalho Oportunidade de Investimento e Negócios – SICM/1997, *A Agroindústria na Bahia - Soja* – pg.115

### 6.3.2 *Oleaginosas*

O Estado da Bahia sempre teve uma tradição de grande produtor de óleos vegetais, a exemplo do óleo de dendê e do óleo da mamona e, mais recentemente, do de soja na Região Oeste, sendo ainda grande produtor de algodão e cravo da Índia.

Os estudos elaborados pela Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração – SICM indicam a necessidade de melhorar a produtividade das principais culturas de oleaginosas no estado; criar um programa de renovação de dendezeiros – a maioria com idade de cultivo em torno de 25 anos –, com a plantação de espécies de maior teor de óleo; criar um programa de assistência técnica por parte da CEPLAC e EBDA, dirigido aos produtores de oleaginosas na região do Baixo Sul do estado; ampliar a oferta de matérias-primas oleaginosas, de modo a satisfazer as necessidades da indústria e a possibilitar o seu aproveitamento integral e; melhorar o controle de qualidade na produção das principais culturas.

Os estudos concluem também pela viabilidade econômica de implantação de um parque oleoquímico no Estado da Bahia, a partir da exploração e aproveitamento do dendê, mamona, castanha de caju, cravo da Índia, entre outros produtos, conforme se discrimina a seguir:

#### a) Dendê

O óleo de dendê ou de palma é considerado o mais versátil dos óleos industriais existentes no mercado, sendo utilizado como insumo industrial em mais de quinze formulações distintas e como matéria-prima básica em aproximadamente cinquenta produtos, que abrange desde a fabricação de margarina, sabões e sabonetes, detergentes biodegradáveis e amaciantes de roupa até à obtenção de glicerina, combustível, plásticos, tintas, resinas, xampus, agentes tensoativos e lubrificantes.

A produção mundial de óleo de dendê ou de palma praticamente triplicou na década de 1980, tendo crescido de 4,5 milhões de toneladas para 12 milhões de toneladas, e já está sendo considerado o óleo mais comercializado no mundo. Em 1991, o faturamento bruto do comércio internacional alcançou cerca de US\$ 4,3 bilhões, com os preços variando, no entanto, entre 20 % e 30 % abaixo do preço do óleo de soja (SICM, 1997).

O óleo de dendê responde por mais de 15% do comércio mundial de óleos e gorduras, colocando-se como o óleo vegetal processado mais exportado no mundo (SICM, 1997). Na última década, enquanto a produção mundial de óleos e gorduras aumentou 40%, a produção de óleo de palma cresceu 120% e a óleo de soja apenas 20%.

## b) Mamona

A utilização do óleo de mamona no mundo tem crescido bastante nos últimos anos, devido a sua versatilidade e pelo fato de não haver bons substitutos para muitas de suas aplicações, que vão desde a fabricação de componentes de batom até a produção de lubrificantes de motores a jato.

Uma das maiores aplicações do óleo de mamona é na fabricação de tintas, na qual é utilizado como óleo secativo. É muito aplicado em tintas de cores claras e brancas, porque impede a tinta de tornar-se amarelada como quando secada em estufa ou ao ar livre.

O óleo de mamona e seus derivados são utilizados em uma variedade muito grande de produtos farmacêuticos e cosméticos –fabricação de brilhantina e produtos para cabelo; na indústria de plástico –; na produção de náilon; como ação bactericida para combater doenças da pele e infecções faciais, entre outras aplicações.

### **6.3.3 Castanha de Caju**

Após beneficiamento da castanha de caju obtêm-se a amêndoa de castanha de caju (ACC) e o líquido da castanha de caju (LCC) – sub-produto mais importante. O LCC é de grande interesse na oleoquímica, não podendo, sob hipótese alguma, dissociá-lo da castanha, até porque ele é obtido a partir da “grelhação” da mesma, no processo mecânico de beneficiamento.

O LCC e seus derivados são utilizados na fabricação de tintas, vernizes, esmaltes especiais – com as mais variadas finalidades –, inseticidas, fungicidas, pigmentos, plastificantes, antioxidantes, adesivos ou aglutinantes para placas de partículas de madeira e aglomerados de cortiça, pastilhas de freio e discos de fricção. Assinale-se que existem outras importantes aplicações do LCC em desenvolvimento, sobretudo na área de produtos de química fina.

O Brasil é um dos principais produtores de caju do mundo. O LCC é exportado como matéria prima industrial para empresas que possuem exclusividade de patentes para seu uso (indústrias de freios a disco e de lonas). As principais indústrias do país estão instaladas na região nordestina mais precisamente no Estado do Ceará.

### **6.3.4 Cravo da Índia**

O óleo extraído do cravo da índia pode ser utilizado como aromatizante nas indústrias de alimentos, cosméticos, perfume e limpeza; como anti-séptico, na fabricação de dentifrícios e produtos farmacêuticos e odontológicos; na microscopia, para o preparo de lâminas para exames e; na indústria química, na fabricação de vanilina sintética.

A produção brasileira de cravo da Índia é em média de duas mil t/ano, sendo a Bahia o maior produtor nacional. Ressalte-se, no entanto, que existe apenas uma unidade agroindustrial no estado, operando de forma irregular com equipamentos obsoletos e tecnologia defasada. A empresa produz óleo essencial de cravo de baixa qualidade, que é submetido a retificações posteriores em outras instalações.

A dificuldade de implantação de unidades de destilação de óleo essencial de cravo da Índia na Bahia é a sua fácil colocação *in natura* no mercado internacional, o que torna o empreendimento economicamente inviável, em função da dependência de um fornecimento de matéria-prima incerto e sujeito a constantes flutuações de preços<sup>5</sup>.

Nos últimos anos, as empresas baianas foram as principais compradoras de cravo da Índia *in natura*, seguidas das paraenses, capixabas e paulistas, que adquirem o produto para revendê-lo ao exterior.

A grande instabilidade dos preços internacionais vem provocando insegurança no setor agrícola nacional e desestimulando o desenvolvimento da cultura, mas, por outra parte, pode abrir espaço para a produção no país do óleo essencial de cravo, pelo menos para suprir a crescente demanda interna, hoje atendida por importações da Indonésia e Madagascar.

### **6.3.5 Oleoquímica**

O interesse mundial pelos oleoquímicos está em alta, particularmente entre as nações desenvolvidas onde surgem novas aplicações e cresce a demanda por óleos vegetais. O desenvolvimento da oleoquímica está relacionado à disponibilidade e aos preços dos óleos naturais no mercado. Os oleoquímicos são utilizados na fabricação de tintas de impressão, diluentes para combustível diesel e substitutos, óleos lubrificantes, agentes de tratamento de superfície e poliglicosídeos. Em muitos casos, os oleoquímicos são freqüentemente considerados como sendo mais ambientalmente adequados do que outras matérias primas alternativas.

Segundo a publicação “Bahia: Oportunidades de Investimentos e Negócios / SICM – 1997”, o crescimento da indústria oleoquímica na Bahia dependerá principalmente de uma reestruturação agrícola, com apoio governamental para a produção de algodão, mamona, coco, dendê, cravo da Índia e caju, de forma a criar o ambiente desejável ao grande investimento em capital e tecnologia.

As oportunidades industriais e agroindustriais identificadas para o estabelecimento da oleoquímica na Bahia, com base nas potencialidades do Estado, são as seguintes:

- Álcoois graxos;

---

<sup>5</sup> Informações extraídas do trabalho Oportunidade de Investimento e Negócios – SICM/1997, *A Agroindústria na Bahia - Cravo da Índia – pg. 113.*



- Óleos de dendê e derivados;
- Amêndoa e óleo de castanha;
- Derivados de cravo da Índia;
- Derivados de coco;
- Margarinas e gorduras vegetais;
- Óleo de algodão e derivados;
- Ricinoquímica.

A oleoquímica na Bahia apresenta boas perspectivas de crescimento. As potencialidades agrícolas do Estado, agregadas à presença de um setor de transformação químico já estruturado no Pólo Petroquímico de Camaçari, podem viabilizar o desenvolvimento do complexo agroindustrial e oleoquímico no Estado em estreita complementaridade com a petroquímica (insumos: hidrogênio, ácido clorídrico, metanol, soda cáustica e outros produtos químicos) e mesmo entre rotas tecnológicas e de sínteses.

Essas rotas permitem inter-relacionamentos com várias outras áreas, configurando uma matriz mais complexa de produção de especialidades e possibilitando a consolidação de um parque industrial de bens de consumo final. A cadeia de básicos, derivados e especialidades daria condições necessárias para um continuum de indústrias e cadeias de produção de bens finais, tais como: indústrias de sabões, sabonetes, sabão em pó, sabões líquidos e industriais, loções de limpeza, xampus, cremes dentais e cremes de barbear; indústrias de tintas, plastificantes, ceras; indústrias de cosméticos; indústrias de graxas e lubrificantes especiais; além da fabricação de fármacos.

A oleoquímica no Estado da Bahia poderá constituir-se, portanto, no fio condutor de transformações nas cadeias produtivas que se iniciam no setor agrícola e no setor agroindustrial – produtores de oleaginosas e óleos vegetais. A oferta de produtos básicos cria condições para novas cadeias produtivas como as de derivados oleoquímicos e a de especialidades.

### **6.3.6 Couros e Carnes**

As ações para o desenvolvimento das cadeias produtivas de carnes e peles devem ser implementadas simultaneamente e na mesma área de abrangência, já que ambas possuem o mesmo ciclo de produção. Assim, ao se desenvolverem ações que melhorem a qualidade e a produtividade da cadeia de carne beneficiar-se-á também à cadeia da pele.

A pecuária baiana, muito embora tenha conseguido grandes avanços nos últimos anos, continua na luta pela melhoria do rebanho, visando, principalmente, alcançar o mercado internacional, já que foi superado o obstáculo da febre aftosa.

A Bahia apresenta os melhores resultados do ponto de vista da modernização do processo produtivo agropecuário, sendo que, atualmente, a produção baiana gira em torno de 300

mil toneladas de carne/ano, representando 25% do Produto Interno Bruto do setor agropecuário estadual. Além da pecuária bovina, a Bahia destaca-se como o primeiro estado produtor de caprinos no país e o segundo lugar na produção de ovinos.

A cadeia produtiva da carne na Bahia organizou-se com especificidades que tornaram os marchantes e os frigoríficos concorrentes diretos, disputando o mesmo produto, boi gordo, e os mesmos clientes, os distribuidores. Essa disputa é quase sempre desigual, pois muitos intermediários não pagam impostos e nem sofrem os pesados encargos da estruturação de um abatedouro, o que possibilita aos intermediários comandarem os preços, face ao grande número de fornecedores que congregam, gerando, inclusive, queda de rentabilidade em todo o segmento.

Para eliminar as ações desses intermediários, o setor conta com a implantação e fiscalização da Portaria 145 do Ministério da Agricultura, que prevê a entrega de carne já desossada nos pontos de varejo, o que onera os custos desses comerciantes e desestimula sua atração, e com a Portaria 304 do Ministério da Agricultura, que obriga o transporte com resfriamento dos cortes primários de carnes. Apesar desses instrumentos restritivos, muitos intermediários investem na aquisição de caminhões frigoríficos e conseguem se manter no agronegócio.

Além das portarias citadas, o governo do Estado da Bahia adotou outras medidas para disciplinar as ações desses comerciantes, como a criação de um sistema inteligente de controle e incentivo à legalidade, que conta com o Guia de Abate Legal com informações aos lotes que serão abatidos. Esse documento tem que ser apresentado no posto fiscal quando do transporte dos animais para o matadouro. Para incentivar o cumprimento das determinações, o governo, em 1999, reduziu em 50% o valor do ICMS para quem possui a Guia, ou seja, o comerciante pagará apenas 3,5% sobre a planta fiscal, o que significa menos arrecadação, mas, em contrapartida, menos sonegação e menos abate clandestinos.

Para o credenciamento junto aos programas de incentivos governamentais, os frigoríficos precisam cumprir essa medida, que se constitui em pré-requisito para o recebimento de certificados atestando atendimento às exigências da Portaria 304.

Em várias regiões do Estado da Bahia, inclusive a Capital, a população consome carne de procedência duvidosa, já que o abate é realizado em pontos clandestinos ou matadouros sem condições de higiene. Isso ocorre por que a portaria 304 do Ministério da Agricultura que disciplina, entre outras ações, o abate, não foi devidamente implantada e efetivada em todo o Estado e devido à falta de ação do poder público municipal. Além da ausência de inspeção no local de abate, a carne é exposta nas feiras livres e açougues das cidades do interior e até mesmo na capital, a exemplo das feiras de São Joaquim e Sete Portas, sem os mínimos cuidados de higiene, demonstrando a falta de estrutura dos vendedores e a desinformação dos consumidores.

Em Simões Filho, município da Região Metropolitana de Salvador, 90% da carne consumida é de natureza clandestina, apesar de estarem instalados no local os quatros maiores frigoríficos do Estado. Em Feira de Santana, município que possui um dos mais modernos frigoríficos do Estado, ainda são abatidos, mensalmente, de forma clandestina, cerca de cinco mil bois (SEAGRI, 2001).

Com o objetivo de combater essas irregularidades, o Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária criou em 2001 o Projeto de Modernização e Regionalização do Abate, que prevê a implantação de oito pólos regionais para o abate de animais nas cidades de Jequié, Teixeira de Freitas, Itapetinga, Feira de Santana, Salvador, Barreiras, Guanambi e Alagoinhas, no sentido de atender, sobretudo, as exigências do mercado externo da carne.

Assinale-se que a Seagri conta ainda com um programa para modernização dos açougues e frigoríficos, com recursos financeiros disponibilizados em linha de crédito do Banco do Nordeste, que tem despertado, no entanto, pouco interesse por empresários do setor em razão das taxas de juros praticadas.

#### a) Dificuldades de Inserção dos Frigoríficos

Com a regulamentação dos meios para o abate de animais no Brasil, a partir de 2000 muitos frigoríficos tiveram que realizar grandes mudanças para adequarem suas instalações às novas exigências do mercado, visando atender às exigências das normas internacionais de higiene para a indústria alimentícia. Tais prerrogativas, no entanto, abrangem os frigoríficos que comercializam seus produtos no mercado internacional e enfrentam dificuldades de acompanhar os preços vigentes no mercado internacional; inexistência de acordos sanitários entre o Brasil e países importadores; pessoal especializado em comércio exterior; falta de apoio de órgãos governamentais à exportação, além, evidentemente, de entraves burocráticos.

Essas dificuldades, acrescidas das deficiências de produtividade dos sistemas agroindustriais brasileiros, do alto custo do transporte, entraves logísticos, infra-estrutura precária e descoordenação entre os elos da cadeia da carne bovina, são fatores que limitam os frigoríficos brasileiros a comercializar os seus produtos em um mercado internacional altamente competitivo.

O aumento da competitividade da indústria da carne bovina depende, portanto, tanto da redução de seus custos quanto de mudanças tecnológicas. Os frigoríficos, notadamente os médios e grandes, precisam adquirir nova estrutura empresarial, incorporando setores laterais e novas especializações – fornecimento de cortes especiais e produtos industrializados.

Na Bahia, a situação não difere da do restante do país, apesar dos pecuaristas estarem empenhados em reduzir a informalidade do setor, adotar técnicas para o incremento da produtividade e modernizar e ampliar suas instalações. Existem no Estado cinco grandes frigoríficos, fiscalizados pelo Ministério da Agricultura, e outros dez, fiscalizados pelo governo estadual.

Entre os abatedouros clandestinos e os fiscalizados, o mercado baiano tem um movimento estimado em 390.000 t/ano de carne, o equivalente a 32.500 t/mês. A oferta estadual é de 303.750 t/ano (SEAGRI, 2001), com um déficit de 86.250 t/ano. Note-se que esse déficit pode ser ainda mais elevado considerando-se que parte da oferta de carne dos frigoríficos baianos vem sendo encaminhada para outros estados.

#### b) A Modernização do Setor

As barreiras protecionistas impostas aos produtos agropecuários brasileiros no mercado internacional têm sido preocupação constante do Ministério da Agricultura e de toda a cadeia produtiva da carne bovina. Mesmo com os avanços na sanidade animal e na produtividade, com a melhoria dos padrões de qualidade, a comunidade internacional vem impondo barreiras comerciais, tais como subsídios e regulamentos sanitários, para inibir o comércio de produtos agrícolas brasileiros.

O Brasil enfrenta restrições de diversas ordens para exportar carne: o Japão, Estados Unidos e Canadá só permitem a importação de carne industrializada; a Coreia, influenciada pelos Estados Unidos, não permite a importação alguma de carne brasileira e; a União Européia impõe uma série de restrições a importação de carne "in natura", como cotas e licenças de importação.

Além das barreiras protecionistas impostas à produção agropecuária brasileira pelos países desenvolvidos, a cadeia produtiva ainda não dispõe de uma articulação e organização que garanta ações coordenadas de todo o setor, o que gera ineficiência e pontos de estrangulamento na atividade.

A pecuária de corte ao longo dos anos sempre foi apontada como um setor problema na economia brasileira. A carne bovina era considerada como um dos principais fatores que provocavam altas taxas de inflação e a indústria de processamento qualificada como instável e poluidora. Apesar da existência desses graves problemas, o setor vem sinalizando com reais demonstrações de uma total mudança no agronegócio da carne, nos últimos anos, conseguindo ampliar o volume de exportações, incrementar a produtividade, reduzir o ciclo de vida dos animais e combater eficazmente o problema da febre aftosa.

As exportações da carne "in natura" brasileira têm excelentes perspectivas de conquistar novos mercados, tendo em vista que no seu processo de beneficiamento não se utilizam

hormônios, e a alimentação e criação de mais de 90 % do rebanho brasileiro ocorre no pasto. Cabem ao governo e demais agentes econômicos da cadeia produtiva, portanto, a institucionalização de campanhas de divulgação da qualidade da carne brasileira e a implementação de políticas que resultem na conquista de maiores espaços no competitivo mercado externo.

### c) Perspectivas

O Brasil destaca-se no cenário internacional como o país de maior possibilidade de crescimento da pecuária bovina no curto prazo. Com 160 milhões de cabeças de gado e 7 milhões de toneladas de carne/ano, o país precisa buscar eficiência e elevar produtividade para atender às demandas do mercado internacional. A cadeia produtiva da pecuária de corte brasileira é um negócio que movimenta cerca de 30 bilhões/ano, e vem passando por expressiva evolução. Observa-se que as expectativas para o mercado de carne, tanto nacional como internacional, são boas, contanto que se dê continuidade ao programa de modernização da cultura no país.

Para a Bahia, o novo milênio começa sinalizando boas perspectivas para a pecuária de corte, com a ocorrência de fatos que certamente irão provocar novos conceitos para o agronegócio da carne no estado, ou seja, a certificação da Bahia como zona livre de aftosa. Esse é um passo importante para a abertura do mercado externo à carne produzida no Estado, bem como para se ter acesso ao mercado do Sudeste, região de maior poder aquisitivo do país.

A pecuária de corte representa uma atividade de grandes possibilidades de expansão para o Estado da Bahia, necessitando que sejam superadas integralmente as barreiras sanitárias e que o país possa reposicionar-se adequadamente no mercado mundial. Entretanto, a criação de bovinos não pode ser analisada isoladamente, mas, requer a sua integração ao segmento da agroindústria como um todo.

Essas previsões satisfatórias somente serão concretizadas, mediante um processo contínuo de modernização de toda a cadeia produtiva da carne, com aumento de produtividade dos rebanhos, diversificação de atividades e melhoria qualidade do produto, visando à obtenção de melhores lucros pelos produtores locais e, conseqüentemente, o fortalecimento de sua posição frente a mercados mais competitivos.

Para atingir o mercado externo, principal objetivo da pecuária baiana no presente, foram iniciados investimentos destinados a melhorar e adaptar os frigoríficos locais às especificações e exigências da União Européia, principal comprador potencial do produto baiano. É importante esclarecer, no entanto, que a nossa inserção nos mercados internacionais não depende apenas de investimentos em frigoríficos, mas exigem ações fiscalizadoras e caça aos abatedouros clandestinos.

Na oportunidade, cabe informar também que empresários dos países vizinhos da Bacia do Rio da Prata mostram-se interessados investir na Bahia, na produção e comercialização da cadeia da carne bovina. Está prevista a implantação do primeiro frigorífico baiano destinado ao comércio externo – o Frigorífico Central da Bahia -, com investimentos da ordem de R\$ 12 milhões e previsão de abate inicial de 200 reses/dia.

Saliente-se ainda que está sendo implantado na Região Oeste do Estado da Bahia um moderno frigorífico, com produção destinada ao mercado interno, e abate inicial de 200 cabeças de gado por dia. O investimento previsto é da ordem de R\$ 3,5 milhões para a aquisição de câmaras de resfriamento, que permitirão, inclusive, o abate de suínos e caprinos.

### **6.3.7 Leite e Derivados**

O aumento da competitividade da indústria do leite na Bahia está condicionado aos seguintes fatores: melhoria da capacitação tecnológica e gerencial dos produtores e laticinistas locais; melhoria da qualidade do rebanho leiteiro; expectativas da indústria de planejar a oferta; incentivo ao associativismo, principalmente como uma estratégia de sobrevivência para os pequenos pecuaristas; melhoria da gestão da cadeia de refrigerados; estabelecimento de um padrão de qualidade para os produtos regionais derivados do leite; implantação de políticas efetivas de defesa comercial; disponibilidade de crédito, entre outros.

A atividade leiteira na Bahia busca organizar-se visando alcançar posição de destaque no ranking dos estados produtores nacionais e conquistar a auto-suficiência na sua produção, tornando o leite baiano um negócio rentável, habilitado, inclusive, para exportação. O setor busca revitalizar-se, num momento em que a pecuária estadual passa por grandes transformações nas áreas de produção e comercialização, sem o estigma da febre. A implantação de novos frigoríficos e de indústrias de equipamentos vêm obedecendo às exigências de um mercado competitivo e altamente profissional.

Atualmente, a Bahia é o maior estado produtor de leite no Nordeste, com 750 milhões de litros/ano. Essa produção, no entanto, ainda é insuficiente, uma vez que o consumo interno, em franca expansão, é de um bilhão de litros/ano.

Nos diversos segmentos da agroindústria de leite e laticínios, a produção baiana é menor do que as necessidades de consumo do Estado. Essa afirmação é válida, inclusive, para produtos como o leite tipos B, C e o leite em pó, cujo consumo, em grande parte, é suprido pela produção de outros Estados. Quanto aos derivados de maior valor adicionado, a produção local é inexpressiva.

Apesar das dificuldades descritas, deve-se salientar que a Bahia é o principal mercado consumidor do Nordeste, aliado ao fato da sua localização privilegiada, que pode possibilitar o acesso a outros Estados nordestinos. A Bahia é espaço privilegiado para a

instalação de empresas do setor de laticínios, principalmente devido ao fato de que a progressiva retirada do subsídio ao óleo diesel eleva substancialmente os custos de transporte de produtos do Centro – Sul para o Nordeste. Há, portanto, um amplo espaço de crescimento potencial para a indústria de leite e laticínios no Estado, uma vez que atualmente existem na Bahia poucas empresas e cooperativas em atuação, sendo que as principais estão situadas no Extremo – Sul do Estado, nas regiões de Itapetinga e Itabuna, e no entorno de Feira de Santana.

Registre-se, que entre indústrias e cooperativas, operavam no Estado da Bahia em 1996 (Bahia: Oportunidades de Investimentos e Negócios / SICM – 97) 16 plantas de laticínios, sendo as principais empresas a Nestlé – localizada em Itabuna e produtora de leite em pó, cuja produção atinge também outros Estados; a Parmalat – com plantas nas proximidades de Salvador, Feira de Santana, Itororó e Senhor do Bonfim, produzindo leite e alguns poucos derivados, tendo recentemente entrado na produção de leite aromatizado; a CCLB – com plantas na região de Feira de Santana e Teodoro Sampaio; a Leite Glória, em Itapetinga; a Coograp, em Itabuna; a Vallac, em Ipiaú; além da Spam e da CCPL, que atuam no Extremo Sul do Estado.

O município de Feira de Santana, principal centro de suporte a uma ampla região de pecuária e maior entroncamento rodoviário do Nordeste - de acesso privilegiado ao conjunto da região Nordeste, distante a 110 Km de Salvador - possui evidentes vantagens locais, com tradição na produção pecuária e detentor de adequada infra-estrutura de água, energia elétrica e transportes.

A região de Itapetinga, próxima aos centros urbanos de Vitória da Conquista e Itabuna / Ilhéus, apresenta a vantagem de ter uma tradição de exploração pecuária ainda maior do que a de Feira de Santana e também possuir adequadas condições climáticas, o que, por si só, constituem atributos para torná-la um dos espaços privilegiados do estado para a implantação de sistema de quase-integração especializados na produção de laticínios, apesar de sua localização distante dos principais centros consumidores do Nordeste.

O Extremo-Sul da Bahia é a melhor região, em termos de condições de solo, para o desenvolvimento da pecuária leiteira, além de apresentar um clima relativamente adequado. Em termos locais, no entanto, apresenta uma forte polarização com o Estado do Espírito Santo e o norte de Minas Gerais, já existindo algumas empresas operando na região beneficiando-se dessas vantagens.

Além dessas regiões, em que existe tradição de exploração pecuária, deve-se examinar a possibilidade de estimular a produção em outras áreas, através da introdução de métodos e técnicas modernas, a exemplo do que ocorre no Oeste da Bahia. Nessa perspectiva, o efetivo aproveitamento das oportunidades de quase-integração na cadeia produtiva leiteira e de laticínios pressupõe o desenvolvimento no Estado de uma pecuária moderna, funcionando de forma integrada à indústria.

## 7 Conclusões de Recomendações

---

A elaboração do estudo compreendeu a coleta e análise de dados secundários, levantamento e pesquisa bibliográfica, contatos com instituições públicas e privadas e realização de entrevistas específicas com lideranças do segmento agroindustrial. Desde o início evidenciava-se a necessidade de estudar as cadeias produtivas da moderna agricultura no Estado, com a finalidade de identificar mecanismos e formas de integração entre produtores rurais e indústria de beneficiamento. Em última instância, trabalhava-se implicitamente com a noção de sistemas produtivos locais como instrumentos para estimular a competitividade da agroindústria regional, cuja fronteira de expansão compreende, prioritariamente, a fruticultura irrigada no Vale do São Francisco e o beneficiamento de grãos na Região Oeste.

O trabalho também deveria fornecer elementos para informar a Gerência de Relações com o Mercado, da Desenbahia, sobre as necessidades de crédito aos pequenos produtores rurais, vis-à-vis na sua relação com a correspondente indústria de beneficiamento. A hipótese básica seria a implantação de mecanismos de quase-integração entre agricultura/indústria, tendo como suporte um programa de financiamento de capital de giro para os pequenos produtores rurais, lastreado em garantias e aval da grande indústria beneficiária dessa produção. Trata-se, na verdade, de criar um Arranjo Produtivo Local, com uma empresa âncora que estabelecerá vínculos técnicos, comerciais e financeiros com os produtores e fornecedores de matéria-prima básica.

Após o mapeamento de algumas cadeias produtivas no Estado, o estudo parece confirmar que os problemas enfrentados pela agroindústria baiana são, em grande medida, oriundos dessas dificuldades de acesso ao crédito e às modernas tecnologias de produção por parte do pequeno e médio produtor rural. Complementarmente, tudo parece indicar que o fortalecimento do setor depende do estreitamento das relações entre agroindústria e produtores rurais, o que poderá resultar na geração de economias de escala, proporcionadas pelo processo de quase-integração, e na criação de um mercado adicional para os produtos da moderna agricultura, consolidando, dessa forma, o processo de interiorização do desenvolvimento ora em curso no Estado da Bahia.

Com base nas informações coletadas durante o processo de elaboração do trabalho e, sobretudo, nas entrevistas com lideranças do setor, constatou-se, na maioria dos casos, o interesse da indústria em ampliar o recebimento de matéria-prima dos produtores rurais, via processo de parceria, tendo em vista que esse procedimento parece acarretar para a indústria de processamento e beneficiamento agrícola redução ou eliminação dos custos inerentes ao plantio próprio, com a empresa deixando de imobilizar novos capitais em máquinas e equipamentos e transferindo para terceiros os riscos da produção agrícola. Do ponto de vista dos pequenos e médios produtores rurais, destaca-se, entre outros



possíveis benefícios, o da expansão de um mercado estável gerador de emprego e renda no campo.

Na opinião de John Khoury, produtor rural e dirigente empresarial em Juazeiro, os pequenos produtores rurais da região do Vale do São Francisco são “desamparados por linhas de crédito de bancos oficiais”, tendo em vista que eles não possuem a titulação fundiária de suas terras e tampouco têm condições de apresentar as garantias reais exigidas pelos órgãos de financiamento.

Vale lembrar que o Banco do Brasil possui instrumentos de apoio à comercialização, no sentido de proporcionar a parceria entre produtores rurais e agroindústria, a exemplo do BB Convir – Convênios de Integração Rural, cujo objetivo é fechar o ciclo do da cadeia do agronegócio e proporcionar o “melhoramento tecnológico das explorações rurais e a profissionalização dos agricultores”. A operacionalização do BB Convir ocorre através das linhas existentes para o setor agroindustrial. No caso da CPR – Cédula de Produto Rural, o Banco do Brasil “atua avalizando o produtor rural e garantindo a entrega do produto ao comprador”.

Em algumas ocasiões, segundo John Khoury, os pequenos produtores vendem antecipadamente parte da sua produção aos proprietários de packing houses para financiar as despesas de custeio da lavoura e, na maioria das vezes, fecham operações comerciais para recebimento entre 30 e 60 dias, ou sob consignação, o que representa, em ambas as modalidades, elevados encargos para bancar o custeio da safra. Existem ainda os problemas decorrentes dos altos juros praticados nas operações de financiamento, que são remunerados pela TJLP + 6% ao ano, e os riscos cambiais inerentes às operações com o mercado externo, cujas variações afetam os preços dos insumos produtivos e dos bens finais.

A grande questão da fruticultura no Vale do São Francisco é a comercialização in natura da sua produção, tanto para o mercado externo como para o interno, inexistindo na região indústrias de processamento - fabricantes de doces cristalizados, compotas, sucos, polpas, entre outros produtos -, que agregem maior valor à produção e estimulem a implantação de mecanismos e sistemas produtivos locais integrados.

De qualquer modo, pode-se considerar que os packing houses realizam alguma operação de beneficiamento, através dos processos de lavagem e purificação, tratamento hidrotérmico para eliminação da “doença da mosca”, classificação, resfriamento e armazenagem das frutas em câmaras frias, adaptando o produto às exigências do cliente externo e aumentando a sua durabilidade para suportar longas travessias até os mercados da União Européia. Saliente-se que na região somente grandes produtores rurais, cooperativas com elevado número de associados e grandes exportadores são proprietários de packing houses, tendo em vista os altos custos dos seus investimentos.

Note-se que as considerações apresentadas quanto às dificuldades dos pequenos rurais de terem acesso ao crédito e às modernas tecnologias de produção são convergentes com as proposições contidas nesse estudo, no sentido da Gerência de Relações como o Mercado, da Desenbahia, desenvolver um projeto-piloto visando a criação de uma linha de capital giro para apoiar, inicialmente, o pequeno produtor rural da região do Vale do São Francisco, lastreada em aval de empresas-âncora e sustentada nos mecanismos de quase-integração descritos ao longo do trabalho.

Evidentemente que nesse processo são necessários alguns questionamentos de ordem jurídica, visando esclarecer os seguintes pontos: i) as operações de financiamento lastreadas em recebíveis são consideradas juridicamente legais ii) as cooperativas possuem autonomia para conceder aval e garantias aos seus associados; iii) a Desenbahia pode operar uma linha de capital de giro puro; iv) a Desenbahia pode eliminar os custos da TJLP e outros encargos nas operações para os pequenos produtores rurais.

Uma vez superados esses impedimentos, a recomendação do estudo é de que a GRM inicie um processo de articulação interna com a área operacional da Desenbahia e rodadas de negociação com os diversos atores do Vale São Francisco – produtores rurais, proprietários de packing-houses, exportadores e potenciais investidores interessados na implantação de agroindústrias – para discussão da oportunidade de implantação de um projeto-piloto de apoio à fruticultura na região, baseado nos mecanismos da quase-integração, e a definição dos papéis de cada um dos participantes. No entendimento da UEP, esse procedimento é requisito indispensável para uma possível formatação de um programa global de apoio à integração agroindustrial no estado da Bahia.

## 8 Referências

---

### 8.1 *Bibliografia Consultada*

---

- ADIB, Alberto Renault. Análise de Renda e Risco na Integração entre os Pequenos Agricultores e Agroindústria: O caso do Projeto Ilha Grande – Bahia. Fortaleza: **Revista Econômica do Nordeste**, V. 29, n.1, Jan/Mar. 1998.
- ALIMANDRO, Regis, PINAZZA, Luiz Antônio, WEDEKIN, Ivan (orgs.). **Agenda para a competitividade do agrobusiness brasileiro**: base estatística 2001/02. Rio de Janeiro/São Paulo: ABAG, fev. 2001, 288 p.
- BAHIA AGRÍCOLA. Salvador, V 4, nº 3, dez. 2001.
- BANCO DO NORDESTE. **Sistema Agroindustrial do Leite no Nordeste**. Fortaleza: BNB/EMBRAPA, 2001, 200 P.
- BNDES. Informe Setorial. **Agroindústria**. Rio de Janeiro, mar. 2002.
- CARDOSO, Carlos Estevão Leite, SOUZA, José da Silva. **Fruticultura Tropical**. Fortaleza: Revista Econômica do Nordeste V. 31, n.1, Jan/Mar. 2000.
- FAVERET FILHO, Paulo, e LIMA, Sérgio Roberto de. **Um Estudo da Integração a partir do Projeto Buriti, da Perdigão**. Rio de Janeiro: Bndes Setorial, nº 7, março de 1998, p. 11.
- FAVERET FILHO, Paulo, SIQUEIRA, Sandra Helena G. de, PAULA, Sérgio Roberto Lima de. **Agropecuária e Agroindústria**. BNDES Setorial: Rio de Janeiro, edição especial, nov. 1997, pg. 105 a 132.
- FERNANDES, José Ivan Caetano. **A Soja na Bahia**: desafios e estratégias competitivas no agribusiness. 1. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1998, 116 p.
- FRANÇA, Francisco Moyignier Cavalcante (Coord.). **Estado da Arte Nacional e Internacional do Agronegócio da Irrigação-2000**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001, 562 p.
- GRIGOROVSKI, Paulo Roberto E., PAULA, Sérgio Roberto L. de, FAVERET FILHO, Paulo, LIMA, Erikson Teixeira. **O BNDES e a Agroindústria nos Anos 90**. Rio de Janeiro: Bndes Setorial, nº 13, mar. 2001, pg. 157 a 190.
- HAUENAUER, Lia, PROCHNIK, Victor. **Identificação de cadeias produtivas e oportunidades de investimento no Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2000, 213 p.
- NEGÓCIOS AGRÍCOLAS, Ano IV, nº XVII – out. 2001.
- PEDREIRA, Márcia da Silva, FAGUNDES, Maria Emília Marques, ANDRADE, Marco Antônio de Sampaio. Cadeias Agroindustriais na Bahia: Avaliação e Perspectivas. In. **Bahia Século XXI**, Salvador: SPE/SEPLANTEC, 2002, 400 p.
- SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. **Bahia**: Oportunidades de Investimentos e Negócios (mimeo.). Salvador: SICM, 1997.

SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA DO ESTADO DA BAHIA. **Bahia, Cenários de uma Agricultura.** Salvador: SPA/SEAGRI, 2001, 236 p.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DA BAHIA. **Uma Proposta de Ação Estatal para a Agroindústria.** Salvador: Fundação CPE – Carta da CPE n. 21/94.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DA BAHIA. **Uma Alternativa Agroindustrial para o Oeste Baiano.** Salvador: CPE/SEPLANTEC, 1993.

SENA, Antonio de Castro Queiroz (Coord.). **Fruticultura Irrigada: Os Casos das de Regiões de Petrolina – Juazeiro e Norte de Minas Gerais.** Fortaleza: Banco do Nordeste, 2000, 83 p.

SIFFERT FILHO, Nelson, FAVERET FILHO, Paulo. **O Sistema Agroindustrial de Carnes: Competitividade e Estruturas de Governança.** Rio de Janeiro: Revista Bndes n. 10, dez. 1998.

## 8.2 *Sites Consultados*

---

<http://www.sct.ba.gov.br/agricultura.htm>

<http://www.bancobrasil.com.br>

<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/index.htm>

<http://www.agricultura.gov.br>

## 8.3 *Entrevistas Realizadas*

---

- Mário Jaskueski /Tio Mário Comércio e Beneficiamento de Arroz
- Gladston Campelo / Curtumo Campelo S/A
- Luiz Sande / SICM – Coord. de Agroindústria
- Fernando Boneto / Amazon Vita Sucos Tropicais Ltda.
- John Khoury Hedaye

## 9 ANEXOS

---

### 9.1 Formas de Organização das Cadeias Produtivas

---

Nos pólos irrigados do Nordeste, segundo Francisco Mavignier Cavalcante França<sup>6</sup>, as formas de coordenação das cadeias produtivas e das instituições de mercado e suas principais funções podem ser classificadas em quatro grandes sistemas, de acordo com as formas de comercialização praticadas.

#### **Sistema 1: Produtor ® Ajuntador Rural ® Atacadista ® Varejista**

As principais características deste sistema são:

- Os atacadistas normalmente estão localizados juntos às Centrais de Abastecimentos (CEASAs);
- O ajuntador normalmente está vinculado ao atacadista e tem a função de preparar a carga e definir o esquema de compra com o produtor;
- O preço praticado é o vigente no dia;
- O frete, na maioria das vezes, é pago pelo atacadista;
- O atacadista fornece aos supermercados, “sacolões”, feiras e outros varejistas;
- Às vezes os atacadistas promovem uma melhor classificação e embalagem, como nos casos de produtos como limão, mamão, manga e cebola, constituindo-se uma das atividades de coordenação de mercado;
- Os atacadistas, em muitas situações, possuem estrutura de armazenamento, câmara fria e câmara de climatização.

Estima-se que este tipo de coordenação representa entre 60% e 65% de todo o negócio envolvendo as principais culturas praticadas nos pólos nordestinos, especialmente nos produtos banana, cebola, manga, limão, cenoura e uva. Em alguns casos, o produtor negocia diretamente com o atacadista, sem a intermediação do ajuntador rural que, na verdade, é apenas um preposto do atacadista na realização de funções que agregam pouco valor ao produto. Há um acordo ou contrato informal entre o produtor e o ajuntador rural, ou entre o produtor e o atacadista, em que são definidos o valor de venda e as condições e prazos de pagamento - normalmente iguais ou superiores há 40 dias<sup>7</sup>.

#### **Sistema 2: Produtor ® Varejistas, Feiras, Hotéis e Agroindústrias**

As principais características deste sistema são:

- Ocorre quando o produtor tem volume, frequência e qualidade pré-definidas;

---

<sup>6</sup> Estado da arte nacional e internacional do agronegócio da irrigação/Francisco Mavignier Cavalcante França, coordenador. – Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001.

- Às vezes ocorre um contrato informal, garantindo a compra por um período pré-determinado e o preço vigente na época;
- Pode ser realizado de vez em quando dentro das CEASAS, em lugar próprio para os produtores e/ou associações efetuarem negócios. Neste caso, a venda está sujeita às condições do dia.
- Produtor tem lugar para comercializar, mas pode acontecer de não conseguir vender por um preço “remunerador” ou não vender, dependendo da oferta do dia.
- Prevê-se que este tipo de situação representa para os produtores de pólos irrigados ligados as culturas da banana, cebola, limão, goiaba, manga, uva, entre outras, um volume de 5 a 10 % da comercialização.
- Todo o risco do processo é do produtor

### **Sistema 3: Produtor ® Agroindústria ® Comércio Varejista**

As principais características deste sistema são:

- A agroindústria faz um contato formal, definindo para cada safra a quantidade e o preço do produto;
- Agroindústria fornece apoio ao processo de produção através de assistência técnica e insumos e presta solidariedade na obtenção de crédito;
- No ato do plantio, o produtor tem conhecimento das condições de preço, qualidade e quantidade, sendo o seu ganho determinado pela eficiência.
- Este tipo de agronegócio representa hoje em torno de 5 % do volume de produção dos pólos de irrigação. As culturas mais beneficiadas são as de tomate industrial, pimentão industrial, uva, manga e coco.

### **Sistema 4: Produtor ® Empresa Processadora e de Comercialização ® Atacadistas, Supermercados, Mercado Internacional, Indústrias / Hotéis**

As principais deste sistema são:

- A empresa faz um contrato formal (algumas vezes informal) para cada safra ou ano, definindo quantidade, qualidade, preço, época de entrega, produto entregue na portaria;
- A empresa recebe o produto e o beneficia ou processa, dando-lhe marca, especificações de qualidade, entre outros atributos;
- A empresa fornece assistência técnica;
- A empresa participa, alguns casos, com apoio financeiro através de crédito ou insumos;

---

<sup>7</sup> Dados tirados da publicação realizada pelo Banco do Nordeste. *Estado da arte nacional e internacional do agronegócio da irrigação 2000 – Séries políticas e estratégias para um novo modelo de irrigação, v2.*

- A empresa, em alguns casos, tem um percentual de produção própria (em torno de 20 a 40 %).
- Este tipo de agronegócio representa hoje em torno de 10 a 15 % do volume de produção dos pólos de irrigação. As frutas mais beneficiadas são a manga, uva, melão, goiaba, limão e banana.
- Numa variação desse tipo de agronegócio, existem empresas que vêm especializando-se apenas no processo de comercialização, principalmente para o mercado internacional.

Na realidade, os quatro sistemas descritos também ocorrem em países em que, por exemplo, as situações três e quatro dominam o agronegócio. Além desses sistemas, operam neste “ambiente de comercialização” outras entidades e empresas prestadoras de serviços de mercado, também em sistemas tradicionais, tais como:

- *Trading Companies*, com oferta de serviços, aproximação de clientes, contatos com distribuidoras no exterior, desembaraço aduaneiro, contato com empresas nacionais, tradição em operação com empresas nacionais. Dependem de boa infra - estrutura de refrigeração (inclusive nos portos), transportes, serviços portuários e comunicação;
- Sistemas de Corretagem - com serviços de agentes compradores e vendedores, em consignação, sem repartição de riscos. Geram economia de escala na comercialização e facilitam a associação entre produtores e distribuidores atacadistas e compradores de grandes volumes no mercado. Dependem de padronização de produtos e unidade entre os produtores em torno de qualidade.

## ***9.2 Programas de Financiamento à Atividade Rural***

---

O crédito rural constitui-se um dos mais importantes instrumentos para o fortalecimento da cadeia produtiva (produção, pós-colheita, comercialização e industrialização) do agronegócio do Nordeste brasileiro, notadamente do que diz respeito à agricultura irrigada.

Nos últimos anos, o BNDES e seus agentes financeiros têm disponibilizado recursos para a agricultura nordestina, bem como incentivado a capacitação técnico-gerencial dos produtores rurais, com vistas a um desenvolvimento regional baseado no enfoque do agronegócio. Além das fontes oficiais de repasse, o Banco do Nordeste administra os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), o que garante recursos estáveis para o financiamento do desenvolvimento da região.

Entre os programas que contemplam o apoio às atividades voltadas para o desenvolvimento da agricultura irrigada na região Nordeste, cabe mencionar os seguintes:

**Tabela 1: Programas para Investimentos**

<b>Programas</b>	<b>Fontes de Recursos</b>
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste-RURAL	FNE
Programa Nordeste Competitivo	BNDES/FINAME
Programa de Fomento à Geração de Emprego e Renda (PROGER)	FNE/FAT/FDR
Programa de Aplicação dos Recursos. do Fundo de Amparo ao Trabalhador	FAT
Programa de Geração de Emprego e Renda no Setor Rural do Nordeste do Brasil (PRO-RURAL)	FAT
Programa de Apoio Gerencial e Financeiro ao Trabalhador Autônomo de Baixa Renda (PRO-RENDA)	FNE
Programa Nacional de Fortalecimento da Agrícola. Familiar (PRONAF)	BNDES/FNE/FAT
Programa de Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente (FNE-VERDE)	FNE
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (PRODETEC)	FNE
Investimento Agrícola e Pecuário	B. do Brasil
BB Cooperfat - Para Cooperativas e Associações	FAT
BB Agricultura Orgânica	B. do Brasil

**Tabela 2: Programas para Custeio**

<b>Programas</b>	<b>Fontes de Recursos</b>
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste – RURAL	FNE
Programa de Apoio às Inovações Tecnológicas (PRODETEC)	FNE
Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados - Terceira Fase (PRODECER III)	FNE e Outras
Custeio Agrícola e Pecuário	B. do Brasil
BB Cooperfat Integrado	FAT
BB Agricultura Orgânica	B. do Brasil

**Tabela 3: Programas para Comercialização da Safra**

<b>Programas</b>	<b>Fontes de Recursos</b>
Carregamento de CPR	B.do Brasil
Desconto de Nota Promissória Rural e Duplicata Rural	B.do Brasil
EGF - Empréstimo do Governo Federal	Recursos.Tesouro
BB Cooperfat Integrado	FAT
BB Agricultura Orgânica	B. do Brasil

**Tabela 4: Créditos para Comércio Exterior**

<b>Programas</b>	<b>Fontes de Recursos</b>
Adiantamento sobre Contratos de Câmbio (ACC)	RECURSOS. Externos
Export Norte	RECURSOS. Externos
Crédito Documentário de Importação	RECURSOS. Externos
Financiamento à Importação de Curto e Longo Prazo	RECURSOS. Externos

Apesar da disponibilidade de linhas de crédito para o financiamento da agroindústria nordestina, algumas críticas têm sido feitas pelos usuários em seminários patrocinados pelo Banco do Nordeste, como o dos pólos irrigados do Nordeste, e em entrevistas realizadas com lideranças, produtores e comerciantes, conforme registros relacionados a seguir:



- Inadequação entre as condições de financiamento e as características técnicas de produção;
- Baixo limite de financiamento, não permitindo a implementação de alta tecnologia;
- Baixa disponibilidade de recursos para custeio;
- Falta de financiamento para atividade de infra-estrutura de beneficiamento, armazenamento, logística de Transporte (ex.: *packing house*, caminhões frigoríficos);
- Demora no processo de liberação dos financiamentos, considerando o tempo entre solicitação, autorização e aprovação;
- Disponibilização do crédito nem sempre observando as épocas favoráveis ao plantio.